

Os Desafios da Educação no Complexo Penitenciário de Charqueadas¹

Maria Zeloí Bueno de Oliveira²

RESUMO: Buscando entender através da história a necessidade de privar o ser humano da liberdade, o aumento desenfreado das prisões atualmente no Brasil, bem como a criação de políticas públicas que invistam na ressocialização do apenado que em algum momento passou e/ou passa por esta experiência, o presente artigo tem como objetivo principal mostrar a importância da Educação dentro do sistema prisional no município de Charqueadas. Nesta localidade apenas uma pequena parcela dos apenados que tem acesso às salas de aula acredita que a Educação seja uma oportunidade para mudanças, crescimento pessoal, retomada de valores, informação e principalmente formação. Mesmo ocorrendo de forma precária e enfrentando muitos obstáculos, aos poucos os educadores vão conquistando este espaço, conscientizando a todos os envolvidos que a educação é uma forma de inclusão para estes indivíduos.

Palavras-chave: Desafios. Educação. Sistema prisional. Mudanças.

ABSTRACT: Trying to understand through history the need of denying the human being from freedom, the unbridled increase of prisons currently on Brazil, as well as the creation public policies that invest on the resocialization of the inmates which in some moment went and/or goes through this experience, the present article has as main objective to show the matter of education inside the prison system on the city of Charqueadas. Where a small parcel of the inmates which have access to the classroom believe that education is an opportunity for changing, personal growth, resumption of values, information, and mainly formation. Even occurring precariously and facing many obstacles, slowly the educators are conquering this space, awaring all the envolved that education is a form of inclusion to these individuals.

Key words: Challenges. Education. Prison system. Changes.

¹Artigo orientado pela professora Andreia Cabral Colares Pereira, apresentado para conclusão do Curso de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (Instituto Federal Sul-rio-grandense - *Campus* Charqueadas).

²Especialista em Educação e Contemporaneidade (IFSUL – *Campus* Charqueadas).

INTRODUÇÃO

Atualmente vivemos em uma sociedade movida pelo consumo, na qual poucos ganham muito e muitos vivem na miséria. Entre as várias consequências geradas por essas diferenças sócio-econômico-culturais, podemos citar a violência, a qual leva muitos indivíduos a cometer delitos, resultando muitas vezes na privação de liberdade. Sabemos que o sistema prisional no Brasil está falido, pois a estrutura física dos presídios já não comporta mais o grande número de detenções que ocorrem a cada dia, havendo então a superlotação do sistema, transformando esses lugares em escolas do crime, pois não existem programas suficientes para reeducar os apenados que além de perder a liberdade, perdem também a própria dignidade.

O presente artigo tem como objetivo principal mostrar a importância da educação dentro do sistema prisional no município de Charqueadas, o qual é composto por oito estabelecimentos penais: cinco de regime fechado e três de regime semiaberto, nos quais são oferecidos aos detentos o Ensino Fundamental através do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos – (NEEJA), subordinado à 12^a Coordenadoria Regional de Educação de Guaíba. Mesmo enfrentando várias dificuldades e trabalhando de forma precária, os educadores procuram dar o melhor de si, pois para muitos reeducandos é a única oportunidade que possuem como meio de ocupação, crescimento pessoal, retomada de valores, através da qual buscam a certificação do Ensino Fundamental para o ingresso no mercado de trabalho, com perspectivas de um futuro melhor. As entrevistas realizadas com reeducandos, professores, Direção do Núcleo, Direções das casas prisionais e alguns funcionários, nos mostram a realidade destas instituições, suas dificuldades e as propostas apresentadas para que as autoridades competentes venham a investir em programas sociais, educativos e profissionalizantes dentro do sistema, os quais poderiam viabilizar a permanência dos egressos na sociedade quando em liberdade, pois a maior parte deles retorna ao cárcere pela falta de oportunidades e de programas que os preparem para esse momento.

Como educadora em Educação de Jovens e Adultos- (EJA), para privados de liberdade, e principalmente por estar diante de uma realidade bem diferente da escola regular, procuro na literatura de Paulo Freire a base para me sustentar. Acredito na capacidade do ser humano de mudar, em aprender, reaprender, não importa a idade, o local, o momento. Quando existe a vontade e o querer, tudo é possível; mesmo que encontremos dificuldades, obstáculos, não devemos desistir, pois somos capazes. “Mudar é difícil, mas é possível” (Freire, 1997, Palestra proferida em Pernambuco). Este é um dos pensamentos que levo aos meus alunos, e através da reflexão e do diálogo vejo a esperança se renovar, mostro a eles que há uma luz no final do túnel, e que este é o momento de mudar, de buscar novas idéias, novos conhecimentos. Mesmo que seja difícil, o importante é acreditar que é possível.

Há cinco anos, quando iniciei esta trajetória nas instituições penais, senti a necessidade de entender melhor o que estava sendo apresentado. Busquei, então, minha primeira leitura sobre a educação nos presídios através do livro: *Educação Escolar Entre as Grades*, de Elenice Maria Cammarosano Onofre¹, a qual descreve a atual realidade dos presídios no Brasil, apresentando em sua obra vários sociólogos, psicólogos e educadores que se posicionam e analisam

o sistema e a educação que é oferecida àqueles que estão privados de liberdade. Essa leitura foi para mim uma das principais para escrever esse artigo, pois foi através deste livro que entendi melhor como funciona o sistema e como ele é visto por quem está dentro e por quem está fora. Todos os profissionais em educação deveriam ter acesso a este tipo de leitura, para passar ao educando das escolas da rede regular de ensino esta realidade que a maioria desconhece, e assim, talvez, a informação pudesse conscientizá-los sobre as consequências que sofrem aqueles que infringem as leis.

I A HISTÓRIA DAS PRISÕES

Buscando conhecimentos sobre o início das prisões, foi possível entender através de alguns autores que desde a antiguidade elas já existiam. E o objetivo principal era reter os indivíduos, para assegurar que ficassem à disposição da justiça para receber o castigo que lhes havia sido prescrito (morte, tortura, deportação, venda como escravo, dentre outras).

Foucault (2001) através de suas pesquisas, mostra em seu livro: *Vigiar e Punir*, como era no início e quais eram as finalidades das prisões, e que com o tempo foi se modificando conforme as necessidades e interesses da sociedade. O autor conta que no final do século XVII e início do século XVIII, principalmente na Europa, a pena tinha como função coerção e suplício, ou seja, o ser humano era brutalmente castigado, através do sofrimento físico, através do qual o corpo era mutilado e os restos mortais incendiados. Foucault define isso como “*a arte equitativa do sofrimento*”, sem qualquer defesa jurídica. Com o passar do tempo, o autor registra que esta pena, entre os séculos XVIII e XIX, com a reforma, deixa de ser um suplício, porque diante dos olhos do povo que sempre assistia a essas torturas, tornou-se motivo de compaixão, sobretudo na França, onde o autor recolheu grande parte do material histórico. Surge então, a pena como manutenção da lei e da ordem. Como havia muitos roubos e os bens da sociedade burguesa necessitavam de proteção. O poder jurídico passa então a não mais atingir o corpo do condenado e sim sua alma.

Para Michel Foucault, fica claro em seus estudos que a disciplina mantida nas prisões molda o indivíduo, adestrando-o no cárcere, no qual ocorre a dominação do sistema e a sujeição dos seres humanos. E conclui dizendo que esta correção pelo aprisionamento, pensando reduzir e reprimir a criminalidade, acaba organizando a delinquência e contribuindo para a sua manutenção, formando um círculo vicioso, atualmente a serviço do capitalismo.

No relatório das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais brasileiros, o relator: Adeum Hilário Sauer (2010) nos traz o histórico a respeito do início das prisões no Brasil. Ele relata que somente no século XVIII, na Idade Moderna, criou-se a pena de encarceramento e, por consequência, a prisão. Não muito diferente dos estudos de Foucault, o que nos traz as diretrizes sobre a história das prisões no Brasil é que essas baseavam-se na ideia de castigo e correção e a partir do século XVIII ela vai se transformando, no que é hoje, com três funções: punir, defender a sociedade isolando o malfeitor e corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade. E, no impulso reformador do século

XIX argumentou-se que a prisão, a qual visava à reeducação do criminoso, agora teria se transformado em escola da criminalidade, demonstrando que o sistema penal seria incapaz de reeducar os detentos. O relator das Diretrizes Nacionais ainda narra que na Itália, Cesare Lombroso², o qual dizia que os instintos antissociais e violentos seriam herdados e que estariam adormecidos dentro de cada homem, os quais seriam portadores de anomalias, que poderiam impulsioná-lo a criminalidade, se opondo assim contra a escola clássica de direito criminal formulada por Beccaria³, conta que:

“O Marquês de Beccaria por não concordar com a legislação penal daquela época denunciou a prática da tortura como meio de obtenção de provas de crime. Ele doutrinava que a aplicação da pena é feita para recuperar o criminoso via punições; que o delinquente tem sentimentos como os outros seres humanos; que o homem é passível de pena porque tem o livre arbítrio para escolher entre um ato bom e mau, tendo responsabilidade sobre seus atos. Então, Cesare Lombroso substituiu o livre-arbítrio defendido por Beccaria pelo determinismo biológico, afirmando que os atos delituosos eram originados de tendências malélicas inatas nas pessoas. Forneceu argumentos para o fortalecimento das teorias racistas. As obras de Lombroso eram leituras obrigatórias nas faculdades de direito e de medicina no Brasil.” (Diretrizes Nacionais: Educação em prisões, 2010, p. 04)

Nas primeiras décadas do século XX, através da escola constitucionalista, surge a ideia de que determinados indivíduos estariam predispostos a algumas enfermidades e ao crime, o que poderia ser detectado através de análises bioquímicas e da endocrinologia, aparecendo dentro desta mesma visão a biotipologia criminal, assim como o determinismo biológico, que explicava o comportamento criminoso de certos indivíduos. O médico Raymundo Nina Rodrigues (1862 – 1906) foi um grande adepto desta doutrina, justificando o comportamento criminoso, através de anomalias identificadas nos delinquentes. Na sua obra *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (1894), afirma que a maior parte da população brasileira era constituída por seres inferiores, os quais não descendiam da “raça branca”.

Segundo Miranda (2009), a opinião pública da época foi fortemente influenciada por essas ideias, porque além de excluir, reprimia as reivindicações sócio-culturais dos marginalizados, mostrando claramente a dominação das elites. Para a autora: “era importante elaborar leis, códigos e criar instituições voltadas para vigiar e identificar esses indivíduos”. (MIRANDA, 2009, vol. 2, p. 300)

O texto produzido pelo relator Adeum Sauer, nas Diretrizes Nacionais: Educação em Prisões (2010), descreve que do século XIX até meados do século XX, haviam planos de transformar as prisões em centros de recuperação, mas fracassaram em toda a América Latina, pois as prisões não tinham condições humanas previstas na lei, não havia recursos financeiros e humanos, burocracias devido à corrupção, estruturas sociais excludentes, racistas e autoritárias. O autor diz ainda que: “as prisões são produtos da cultura humana e representam as contradições e tensões que afetam a sociedade. Elas refletem, reproduzem ou subvertem estruturas sociais”. (SAUER, 2010)

Em Charqueadas não foi diferente das demais regiões do Brasil, pois o início das prisões se deu pelo fato de que os estabelecimentos aqui criados seriam destinados aos culpados por crimes de menor gravidade (contravenções penais),

além das casas de tratamento psiquiátrico dos séculos passados. Como se verá, as questões de superlotação desses locais e a carência de recursos, físicos e humanos, não é algo da atualidade, ao contrário, já eram problemas naqueles tempos. De acordo com o médico Jacintho Godoy⁴:

“As colônias agrícolas destinadas ao acolhimento e isolamento de alienados mentais surgiram na Europa na primeira metade do século XIX como um novo procedimento asilar. No incipiente regime republicano brasileiro foram criadas na atual Ilha do Governador, Rio de Janeiro, os primeiros espaços institucionais agrícolas destinados aos alienados masculinos indigentes. Tinham por objetivo resolver o problema da superpopulação do Hospital Nacional de Alienados (ex-Hospício Pedro II), bem como o de suprirem a necessidade da geração de novos locais destinados ao exercício do tratamento terapêutico laboral. Na primeira década do século XX, o alienista Juliano Moreira, Diretor da Assistência Médico-Legal aos Alienados e Diretor Geral do Hospital Nacional de Alienados, foi favorável ao incremento de colônias agrícolas, propondo novos modelos que satisfizessem o discurso científico do consolidado saber médico alienista”. (GODOY-1955)

Em 1884 foi inaugurado o Hospício São Pedro em Porto Alegre, em 1924. O diretor da época, Dioclécio Pereira, preocupava-se com a questão da superlotação de alienados. Foi sugerida a criação de uma colônia agrícola, vinculada ao hospício. Foi então adquirida a ex-charqueada do médico Ramiro Barcelos: A Meridional, situada à margem direita do rio Jacuí, no município de São Jerônimo, fundando então a colônia do Jacuhy, em 3 de julho 1915. Foram enviados para as obras, de 80 a 100 alienados, para a realização da construção. No regulamento ficou especificado que só participariam do trabalho aqueles considerados aptos ao trabalho na agroindústria, os criminosos não seriam admitidos e os não indigentes só com a permissão dos familiares. O diretor faria uma visita semanal e 23 funcionários iriam manter as atividades da colônia.

Segundo os registros do Dr. Jacintho Godoy, mais de 60 alienados retornaram ao Hospital São Pedro em 1937, quando a Colônia do Jacuhy encerrou suas atividades (extraído do texto: As Colônias Agrícolas do Hospício e Hospital Psiquiátrico São Pedro).

Em documentos de registros da Penitenciária Estadual do Jacuí, da sua criação, consta que o estabelecimento para tratamento dos insanos junto ao Rio Jacuí teria findado antes desse marco. Em 05 de dezembro de 1930, foi criada a **Colônia Correccional** pelo **Decreto n.º 4.664**, assinado pelo Sr. José Antônio Flores da Cunha, contendo todos os regulamentos, mas não especificando o local de sua instalação, ficando subordinada à Chefatura de Polícia, e idealizada pelos detentos de penas menores (contravenções penais) que poderiam cumpri-la com relativa liberdade e reabilitação, trabalhando na agricultura, confecção de tijolos, ferraria, etc.

Em 1938, uma turma composta de 100 presidiários, num caminhão da Secretaria de Obras Públicas, acompanhados do Sr. Henrique de Freitas Lima, então Administrador da Casa de Correção, e do funcionário João Artur Carneiro da Fontoura, rumaram para a antiga Colônia de Alienados, na margem direita do Rio Jacuí, bem na afluência do Arroio dos Ratos, com o fim de prepararem terreno para a construção da atual Colônia Penal Agrícola.

Nada existia, nem material para o trabalho. Algumas enxadas adquiridas por empréstimo, um ou dois machados, facões improvisados, latas para cozinha, água baldeada da praia, inexistência de luz, mas em compensação o pessoal satisfeito por haver saído da Correccional, que no momento encontrava-se superlotada. Nesse panorama, então, para fazer qualquer coisa, foi idealizado um rápido plano de ação que constituiu no seguinte: inicialmente fazer-se a composição de quatro turmas, composta de 10 homens cada uma, entre eles um capataz, com a seguinte distribuição externa de trabalho: uma turma encarregada da faxina externa em redor do presídio, capinagem, etc.; outra de incendiar o bambuzal, onde hoje está justamente construída a Colônia; outra de delinear a alameda principal, em frente ao futuro edifício, e, finalmente, a última, de matar e espantar cobras. Dias após, com a presença da Secretaria de Obras Públicas fez-se a marcação para a terraplanagem do terreno, e outra equipe, com irregular número de homens, começou a movimentação de terras.

Foi instalada, *no ano de 1938, a Colônia Penal Agrícola “General Daltro Filho”*, em uma área que pertencia ao Estado desde 1909, às margens do Rio Jacuí, compreendendo duas fazendas: a São Pedro e a Portuguesa, com seus respectivos acampamentos e mais o da olaria, próximo ao município de São Jerônimo, entre a Granja Carola e Charqueadas. O Decreto original menciona a instalação de uma Colônia Correccional, mas a sua implantação deu-se como Colônia Penal, onde recebia também aqueles que já haviam cumprido uma parte de sua pena e obtinham a transferência da Casa de Correção.

Em 1943, a Fazenda São Pedro foi anexada à área da Colônia Penal, instalando-se casas e barracos para os presos e seus familiares. Já em 1955, a situação na Colônia Penal Agrícola era dos apenados convivendo com suas famílias em “malocas”, onde o trabalho não atendia a todos, transformando-se em hospital de caridade, em asilo para inválidos, em refúgio para famintos, sem contar, entretanto, com o mínimo indispensável para propiciar àquela gente uma vida condigna. A Colônia Penal passou a receber, também, os menores transferidos da “Casa de Correção”, que pela falta de estrutura e tratamento adequado eram mantidos em regime fechado, ocasionando inúmeros problemas como cita Wolff: *“no episódio de 1953, em que os mesmos atearam fogo em dois pavilhões, que ficaram praticamente destruídos”*.

Com a reforma e ampliação da Colônia Penal Agrícola, existia em 1958, receio de que a instituição perdesse as características de estabelecimento carcerário de terceiro estágio, ou seja, de regime de semi liberdade, solucionando temporariamente o problema de superlotação da volta do Gasômetro. Em 20 de Março de 1969, através do Decreto n.º 19.572, a Penitenciária Agrícola se transformou e passou a denominar-se Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ). A Portaria n.º 314, de 13 de Agosto de 1971, estrutura por via de Regulamento, seu funcionamento, destinando-se ao recolhimento de apenados para o cumprimento de penas privativas de liberdade e medidas de segurança detentivas.

Atualmente, a Penitenciária Estadual do Jacuí ultrapassa os fins para os quais fora constituída. Nos termos do artigo 87 da Lei de Execução Penal brasileira, a palavra “penitenciária” é definida como o local destinado aos condenados (por sentença transitada em julgado) à pena de reclusão em regime fechado. Contudo, abriga hoje também presos provisórios, ou seja, aquelas pessoas que, por questões processuais cautelares, tais como prisão preventiva ou prisão temporária, aguardam o julgamento de ação penal a que foram submetidas.

Segundo o mesmo diploma de execução penal, deveriam estes indivíduos aguardar o julgamento de suas causas em uma Cadeia Pública, de acordo com o disposto no artigo 102, figura esta representada pelo atual Presídio Central de Porto Alegre.

II O COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE CHARQUEADAS

Depois de regulamentado o funcionamento da PEJ, em 13 de agosto de 1971, para recolhimento de apenados com o cumprimento de penas privativas de liberdade e medidas de segurança detentivas, a educação também teve início nessa mesma década no interior da penitenciária através do Serviço de Atendimento Educacional, com dois professores para atender uma população carcerária de aproximadamente 400 apenados, mediante demanda e iniciativa individual do apenado. Na década de 80 o governo do estado do Rio Grande do Sul, construiu mais cinco novas casas prisionais, formando o que hoje se denomina Complexo Penitenciário de Charqueadas. Para fazer frente às novas demandas desta população, o serviço de atendimento educacional também foi se ampliando gradativamente, até que em 2002 foi criado e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação um núcleo de educação para jovens e adultos privados de liberdade, subordinado à 12ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), de Guaíba, para oferecer atendimento individual, por iniciativa espontânea do apenado.

O Complexo Penitenciário de Charqueadas está hoje constituído por oito instituições, sendo que cinco de regime fechado e três de regime semi-aberto, cuja população carcerária está assim distribuída:

Em Regime Fechado: PEJ – com aproximadamente 2.200 apenados; (PEC), com aproximadamente 513 apenados; Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas (PMEC), com aproximadamente 810 apenados; PMEC: **Anexo Feminino**, com aproximadamente 87 apenadas; e Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC), com aproximadamente 260 apenados.

Em Regime Semiaberto: Anexo a PEJ, com aproximadamente 138 apenados; Colônia Penal Agrícola Daltro Filho (CPA), com aproximadamente 257 apenados; e Instituto Penal Escola Profissionalizante (IPEP), com aproximadamente 356 apenados.

O Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) e Cultura Popular Julieta Villamil Balestro, atende atualmente seis das oito instituições pertencentes a este complexo, mais o Presídio de Camaquã e a Penitenciária Feminina de Guaíba, inaugurada neste ano, por pertencerem à região da 12ª CRE. O Núcleo conta hoje com uma diretora e uma vice-diretora, dois secretários e 12 professores, para atender todo o complexo Penitenciário de Charqueadas, estando assim distribuídos: PEJ: 120 alunos matriculados, distribuídos em 06 turmas (alfabetização, séries iniciais e finais do Ensino Fundamental); PEC: 53 alunos matriculados, distribuídos em 02 turmas (alfabetização e séries iniciais); PMEC – Masculino: 252 alunos matriculados, distribuídos em 06 turmas (séries finais do Ensino Fundamental, mais o atendimento em dois laboratórios de Informática); PMEC – Feminino: 26 alunas matriculadas, 01

turma (alfabetização e séries iniciais); PASC: No momento não há atendimento nesta instituição, a direção da casa substituiu as salas de aula por outras atividades; PEJ – Semiaberto: Mesmo se tratando de uma Instituição que foi ampliada em 2010, ainda não há sala disponível para a educação; IPEP – 60 alunos matriculados, distribuídos em 02 turmas (alfabetização e séries iniciais); e CPA – 20 alunos matriculados, 01 turma (alfabetização e séries iniciais).

Esta população carcerária que atinge, em média, 4.681 apenados, apenas 531⁵, recebe atendimento educacional. Podemos perceber que é um número pequeno diante da totalidade nesse complexo, que estão privados de liberdade.

III OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA

Sabendo-se que a educação é um dos fatores essenciais na vida de todo cidadão e que é um direito humano previsto em diferentes instrumentos legais, bem como na Constituição Federal de 1988 (art.205) a qual diz que: “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”. No artigo 208, estabelece-se o dever do Estado na garantia do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurando inclusive, “sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Assim como para todos os jovens e adultos, o direito à educação para estes em situação de privação de liberdade é um direito humano essencial para a realização da liberdade e para que esta seja utilizada em prol do bem comum. O acesso ao direito à educação lhe deve ser assegurado conforme prescrito na lei. Só que, o Ensino Fundamental, atualmente, não é garantia de emprego. É necessário que se proporcione dentro das prisões cursos profissionalizantes, acreditando que por intermédio da qualificação profissional do reeducando, se consiga inseri-lo no mercado de trabalho.

O estudo é tão importante quanto o trabalho na penitenciária, até porque, através dele o detento tem a oportunidade de aprender mais e de concluir o seu grau de escolaridade. A educação nas penitenciárias não é muito diferente. Eles também trabalham conceitos como família, amor, liberdade, vida, morte, etc. Ela também desenvolve o senso crítico do detento para então poder voltar a sua vida normal. O detento que estuda além de concluir o seu grau de escolaridade, pode muito bem sair da penitenciária com outros olhos e pensamentos, assim como qualquer outra pessoa, ele tenta recuperar sua capacidade de buscar o conhecimento que lhe falta. Como nos disse Paulo Freire, sobre a busca do conhecimento:

“Eu queria, por tanto, deixar aqui para vocês também uma alma cheia de esperanças. Para mim, sem esperança não há como sequer começar a pensar em educação. Inclusive as matrizes de esperança são matrizes da própria educabilidade do ser, do ser humano. Não é possível ser um ser indeterminado, como nós somos, conscientes dessa inconclusão sem buscar. E a educação é exatamente esse movimento de busca, essa procura permanente”. (Freire, 2001, p.171)

E, nós educadores do NEEJA procuramos propiciar aos privados de liberdade do complexo penitenciário de Charqueadas esta busca, acreditamos nos pensamentos de Paulo Freire relacionados com a educação de jovens e adultos e dentro das possibilidades que nos são apresentadas, fazemos o melhor possível, pois somos aqueles que procuram na educação uma maneira de mudar, de buscar novos pensamentos, procuramos incentivá-los a não desistir de seus objetivos, proporcionando aos privados de liberdade atividades significativas que lhes tragam benefícios para a sua reinserção social.

Através de entrevista e de diálogo informal realizado com grupos de alunos matriculados no NEEJA, sobre o tema educação nas penitenciárias, foi possível observar que a maior parte está há alguns meses estudando devido a rotatividade, pois o controle de frequência é feito mensalmente. Poucos frequentam as aulas há mais tempo (de um a dois anos letivos) e o interesse maior destes é a remição, não querem concluir o Ensino Fundamental, para ter alguma atividade fora das galerias, para rever conteúdos e participar de atividades que lhes trazem conhecimentos sócio-educativo-culturais. A maior parte dos entrevistados diz ser assíduo às aulas, sendo que a maioria ainda não concluiu o Ensino Fundamental. Aqueles que abandonaram a escola regular dizem ter sido por motivos financeiros, desinteresse e problemas familiares. Todos salientaram a importância da educação e das perspectivas de mudanças, agradeceram pela oportunidade que estão tendo de estudar. As falas foram semelhantes, dizendo que voltando aos estudos poderão mudar de vida, conseguir um emprego melhor, para educar e ser bom exemplo aos filhos, enquanto alguns relataram mudanças em seus comportamentos e atitudes, após terem retornado à sala de aula.

Como nas penitenciárias do complexo de Charqueadas é oferecido apenas o Ensino Fundamental, foi sugerido pelos reeducandos cursos profissionalizantes como: elétrica, informática, eletrônica e hidráulica. Alguns ainda sugeriram cursos de artesanato. Quando questionados a respeito de mudanças na Educação no sistema prisional, em primeiro lugar solicitaram a retirada das grades nas salas de aula, a qual divide o espaço professor/alunos. Em segundo lugar os cursos profissionalizantes e o Ensino Médio, para que possam dar continuidade aos estudos dentro das penitenciárias.

Os entrevistados que estão atualmente frequentando as aulas já estão detidos de um a 13 anos, sendo que 80% desses já estiveram em liberdade ou no regime semiaberto, retornando ao regime fechado por reincidirem no crime. Em seus relatos manifestam a falta de oportunidades que enfrentam quando em liberdade, pois há falta de qualificação para entrarem no mercado de trabalho e com as dificuldades encontradas acabam envolvendo-se principalmente com drogas e voltam ao crime. Metade do grupo diz participar de outras atividades para a ressocialização, citando como exemplos a faxina nas galerias, frequentar a igreja, ler a Bíblia. E os demais dizem não ter outras atividades além das aulas, mas que gostariam de participar caso houvesse. Sugeriram que empresas investissem no sistema penitenciário, dando emprego aos detentos, para que pudessem mudar de vida. E, após a entrevista agradeceram por terem tido a oportunidade de expressar seus pensamentos.

Após estes encontros foi possível observar que o reeducando, que frequenta as aulas muda a relação que estabelece com as pessoas. Ele passa a refletir sobre suas ações, passa a ter princípios dos quais ele havia esquecido e que tem

muito orgulho de mostrar os cadernos para a família em dias de visita. E, mais contentes ainda, em mandar para casa o certificado do Ensino Fundamental: “Este eu terei orgulho de mandar para minha mãe, para mostrar-lhe que estou mudando”.⁶

Diante desses relatos e antes de apresentar os desafios dos docentes que desenvolvem os seus trabalhos em um contexto, desconhecido pela maior parte de nossa sociedade, trago um pensamento de Paulo Freire que diz: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Serve também para nós esta reflexão, quantas vezes estas pessoas tiveram a oportunidade de serem ouvidas? Quantas vezes precisam ser condenadas e castigadas? E, quanto ao seu lado humano, também deve ser aprisionado?

Ao reunir os professores e direção do NEEJA, em mesa redonda para a entrevista, considerando a experiência profissional destes em casas prisionais, foi solicitado que refletissem sobre a questão “Educação nas Prisões”, sendo que os focos principais abordados foram: Importância, Limites e Sugestões.

Quando questionados sobre a importância da educação no sistema prisional, as falas dos professores foram semelhantes às dos alunos, porém com uma visão mais ampla e crítica referentes a questão psicossocial. Disseram que o reeducando eleva sua autoestima, levando em conta a diferença de tratamento dada pelo professor em sala de aula, pois o mesmo ignora as causas que o levaram para a prisão. Comentaram ainda sobre o incentivo dado aos alunos para que os mesmos concluam os estudos e da sua importância para a sua inclusão no trabalho, como um meio de aumentar as oportunidades e reinseri-los na sociedade. Houve alguns comentários também com relação aos que frequentam as aulas por indicação judicial, solicitação das técnicas ou dos familiares, afirmando que estes têm mais interesse e são mais assíduos e que a educação para eles nesse momento é uma maneira de mostrar aos familiares, que querem mudar de vida e ser um bom exemplo aos filhos.

Os limites para que esta educação seja ampla e atinja seus objetivos com maior eficácia, estão diretamente ligados e são impostos pelo sistema de segurança de todas as penitenciárias do complexo. Foi citada pelos professores a proibição de alguns materiais pedagógicos o que dificulta a realização de algumas atividades. A rotatividade que ocorre com muita frequência, tanto dentro da penitenciária entre galerias e módulos, quanto de uma penitenciária para outra, também é um fator que atrapalha o desenvolvimento dos conteúdos, pois mensalmente entram alunos novos e então há necessidade de retomar aqueles conhecimentos que são básicos de cada disciplina. Outro fator inconveniente que ocorre é a interrupção das aulas para revistas nas galerias, problemas internos que podem afetar a segurança dos professores, os quais não são permitidos a permanecerem em sala de aula. Todas as listas dos reeducandos interessados em frequentar as aulas, são analisadas mensalmente pela segurança das penitenciárias do complexo, porém algumas selecionam os alunos para que não haja rivalidades entre facções diferentes, dentro da mesma sala.

As sugestões apresentadas pelos educadores do complexo penitenciário de Charqueadas para que a educação tenha um desempenho mais eficiente é que as penitenciárias se adaptem e aceitem a educação prisional como um meio de incentivo aos privados de liberdade, conscientizando-se de que é um meio para a ressocialização, senão para todos pelo menos aos mais interessados

em mudar. Sugere-se também que as estruturas físicas destes locais fossem adaptadas para facilitar e incentivar a educação, oportunizando a realização de oficinas e cursos profissionalizantes para a capacitação daqueles que desejam seguir um novo caminho quando em liberdade. O desejo destes educadores é que a educação dentro das penitenciárias tivesse um olhar diferente pelos profissionais e pela sociedade em geral e que fosse mais valorizada porque a educação ainda é a solução. Mesmo que alguns não dêem o devido valor, nós enquanto educadores, responsáveis pelo nosso compromisso, lidamos com seres humanos não importando o que fizeram, quem realmente são. Diante de nós não se sentem excluídos, deixam de ser marginais para serem pessoas dignas de respeito nas salas de aula, elevando sua autoestima e tendo esperanças de um futuro melhor.

Quanto à nossa “missão” como professores dentro do sistema prisional, temos que nos adequar às normas de segurança, sem deixar de cumprir o nosso verdadeiro papel de educadores, sendo neutros diante das diferentes situações que se apresentam, ofertando apenas os nossos objetivos referentes a uma educação de qualidade, mesmo que esta não seja valorizada por alguns, mas sabemos o quanto é significativa para aqueles que acreditam em mudanças. Sabemos que a educação se faz necessária para aqueles que estando privados de sua liberdade, têm o direito de continuar de onde parou na escola regular ou até mesmo começar por não ter tido a oportunidade em idade regular.

Diante de tantos dilemas e das contradições que ocorrem dentro de um sistema que enclausura para punir. Qual a verdadeira função da educação? O que pode ela fazer neste complexo? Segundo Gadotti:

“A característica fundamental do educador em presídios é a contradição, é saber lidar com conflitos, com riscos. Cabe a ele questionar de que maneira a educação escolar pode contribuir para modificar a prisão e o preso, para tornar a vida melhor e contribuir para o processo de ressocialização.” (GADOTTI-1993, p.121)

Para finalizar este capítulo, é importante documentar aqui que os professores que trabalham no NEEJA não recebem nenhum tipo de gratificação como risco de vida ou adicional de periculosidade, como ocorre para qualquer servidor que atua dentro do cárcere. E poucos são os profissionais que tiveram formação continuada para EJA Prisional; a maioria se utiliza de materiais didáticos produzidos para crianças e não para jovens e adultos muitas vezes com metodologias ultrapassadas. O ideal seria que as autoridades competentes, se envolvam mais com esse processo, que muitas vezes é deixado de lado, sem a devida atenção que merece.

IV INVESTINDO PARA TRANSFORMAR

Sabendo-se da necessidade e do quanto é importante a EJA em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais em nosso país, e que nos últimos tempos tornou-se um desafio para educadores, governantes e alguns setores privados da sociedade que se fizeram parceiros nesta causa, foi possível que a partir de 2005 o Governo Federal por meio do Ministério da Educação e

da Justiça, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), das Secretarias de Educação e vários órgãos da sociedade civil e de Organizações Não Governamentais, realizando Seminários Nacionais e Regionais (de 2006 à 2008), elaboraram um conjunto de sugestões para que o Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias (CNPCCP), vinculado ao Ministério da Justiça juntamente com o Conselho Nacional de Educação (CNE), elaborassem as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. A qual foi aprovada e conforme projeto de resolução, o parecer foi homologado e despachado pelo Ministro da Educação e publicado no D. O. U. de 07/05/2010.

Acredito que este será um marco na história da educação nas prisões, pois a partir dele todos os estados brasileiros estarão comprometidos em elaborar suas diretrizes, para que a educação nessas instituições seja tratada com o devido valor, pois só ela ainda é capaz de ressocializar o indivíduo, dando a ele caminhos para construção de uma nova identidade, oferecendo ao aluno outras possibilidades para resgatar a cidadania perdida.

Mesmo não estando em vigor as Diretrizes Nacionais, o Núcleo de Educação no complexo penitenciário de Charqueadas está em constante busca, procurando dentro das possibilidades oferecer além das aulas regulares, cursos profissionalizantes. Desde 2005 foi elaborado o projeto: “Pé na Estrada”, em parceria com a Escola Cenecista do Município, o qual proporciona aos participantes certificados de cursos básicos de Elétrica e Hidráulica. Durante cinco anos este projeto foi realizado com êxito, somente na Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas. Em 2011 por motivos financeiros não foi possível dar continuidade.

Na PEJ foi criado outro projeto para a implantação de uma biblioteca: “Semeando livros, colhendo mudanças”. Mais de 2000 livros foram arrecadados, graças a adesão do Tribunal de Justiça de Porto Alegre, com o apoio do Juiz Sidnei Bhruzuska.

Em 2010, foi realizado na PEC, um curso de refrigeração através do qual vários apenados foram contemplados com certificação. No mesmo ano foram implantados na P MEC dois Laboratórios de Informática, nos quais os alunos matriculados no NEEJA recebem uma vez por semana aulas de informática, ministradas pelos próprios professores do Núcleo.

Cabe salientar que os respectivos projetos foram elaborados pela Direção do NEEJA, outros com a parceria da Escola Cenecista de Charqueadas (CNEC) e apoiados pela Secretaria da Educação (SEDUC), 12ª Coordenadoria Regional de Educação (12ª CREE), Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), e com o apoio e a permissão das Direções de cada Penitenciária.

Neste ano foram inscritos pelo NEEJA mais de 100 reeducandos para as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), evento em cuja realização estiveram envolvidos as Direções, professores e segurança da P MEC, PEC, PEJ e IPEP.

Para o próximo ano será implantado o Ensino Médio em duas das sete Penitenciárias, as quais são atendidas pelo Núcleo de Educação, proporcionando a continuidade dos estudos àqueles que certificaram o Ensino Fundamental, dentro ou fora do sistema.

Para planejar e colocar em prática todos esses ideais não é tão fácil como parece, muitas são as dificuldades e as barreiras impostas pelo sistema, mas como o nosso compromisso com a Educação está acima de qualquer situação que se faz contrária aos nossos propósitos, não desistimos na primeira dificuldade e procuramos sempre conscientizar a todos os envolvidos da necessidade de se investir na educação dos privados de liberdade.

CONCLUSÃO

Sabemos que a educação prisional no complexo Penitenciário de Charqueadas já obteve alguns avanços desde a sua criação, pois na década de 70 havia apenas dois professores. É claro que a população carcerária da época era bem menor se comparada com a atual que está em torno de 4.700 apenados com 12 professores atuando nas sete penitenciárias do sistema. Analisando o período de 41 anos e o número de apenados que se multiplicou de forma assustadora, podemos observar que a educação prisional está ficando aquém das expectativas.

O trabalho atual do Núcleo de Educação é proporcionar aos privados de liberdade uma educação transformadora, dinâmica e democrática, dando ênfase ao sujeito e suas relações buscando o resgate da autoestima, a participação social e a construção da cidadania, para um saber permeado pela educação popular, tendo como base o desenvolvimento social justo, solidário, economicamente viável. Este propósito poderia atingir um número maior de reeducandos se houvesse espaço físico adequado, profissionais habilitados e maior apoio político.

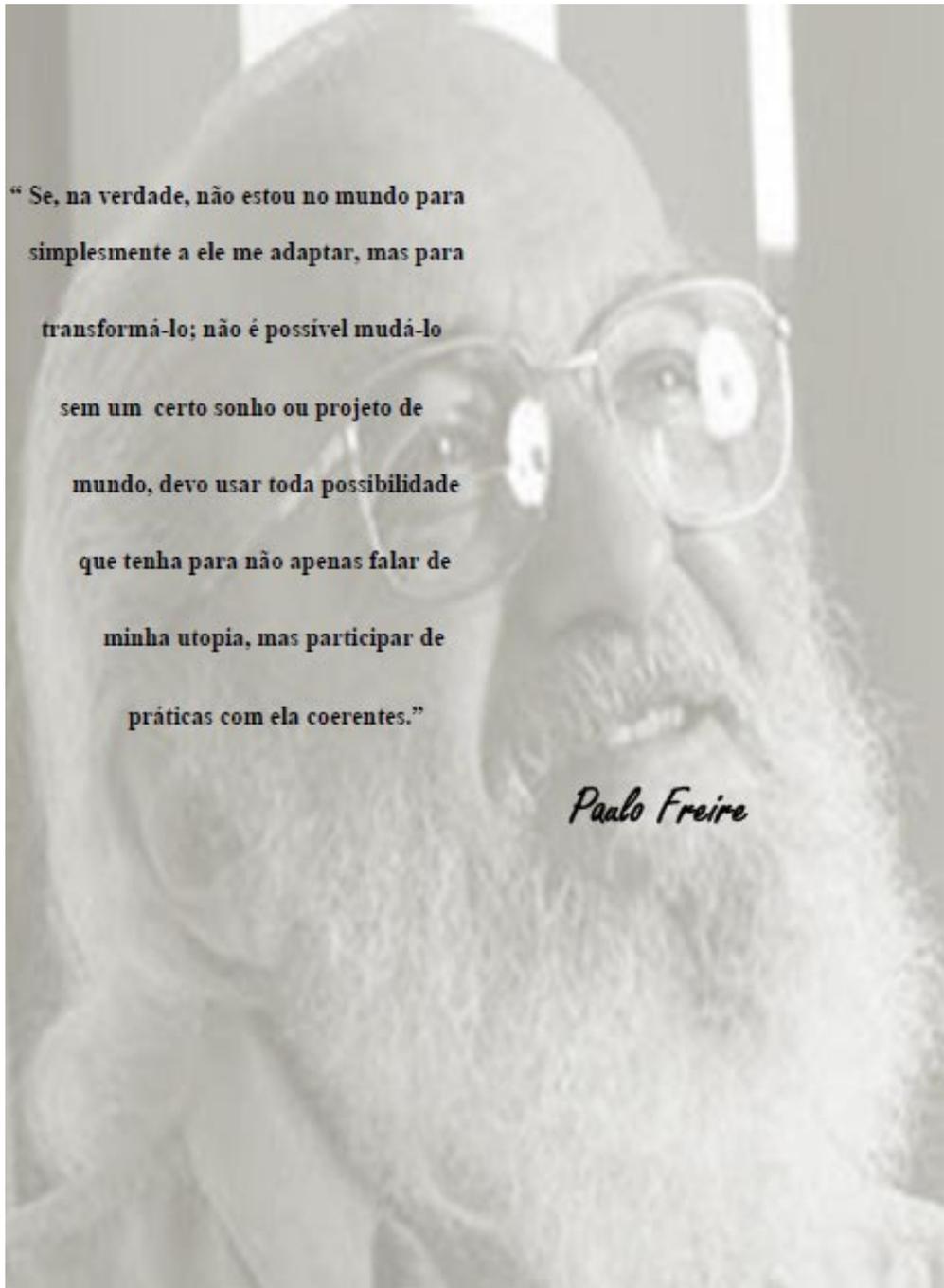
Acredito que atualmente as políticas públicas estão se preocupando um pouco mais no que diz respeito a criminalidade e a violência, pois são consequências da falta de uma estrutura política adequada. Acima de tudo é necessário garantir qualidade de vida a toda população brasileira, assegurando-lhe educação de qualidade, saúde, trabalho, cultura, lazer. Para isso é necessário um trabalho sério realizado pelo poder público, não esquecendo que as prisões abarrotadas são consequências da falta de oportunidades e pela discriminação social. Porém, é possível perceber que pequenas mudanças estão ocorrendo tanto no Governo Federal quanto no Governo dos estados, os quais atualmente estão organizando encontros e seminários, voltados à Educação e Segurança.

Notas

1. Doutora em Educação Escolar pela UNESP – Araraquara(SP). Docente do Departamento de Metodologia de Ensino da UFSCar – São Carlos (SP)
2. Cesare Lombroso criou a ciência da antropologia criminal. Nasceu em 1835 e, entre 1871 e 1876, foi professor de psiquiatria e diretor do manicômio de Pádua e professor da cátedra de higiene e medicina legal na Universidade de Turim (1876) quando publicou sua obra mais conhecida, *O homem delinquente*.
3. Cesare Bonesana, Marquês de Beccaria (1738-1794), autor da obra *Dos delitos e das penas* na qual fez crítica à legislação penal de sua época.
4. Jacintho Godoy Gomes (1883-1959), Médico Psiquiatra, foi Diretor do Manicômio Judiciário em 1924 e mais tarde assumiu também a diretoria do Hospital São Pedro.
5. Dados obtidos em julho de 2011, através do Boletim Mensal realizado pelo Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Julieta Villamil Balestro.
6. Fala de um detento da Penitenciária Estadual do Jacuí – PEJ, referindo-se ao certificado que acabava de receber.

Referências bibliográficas

- BECCARIA, Cesare , **Dos delitos e das penas**. São Paulo : Madra Editora, 2002
- CNE- Conselho Nacional de Educação, CNPCP- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, **Diretrizes Nacionais: Educação em Prisões**. Brasil, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Ed.Vozes, São Paulo, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.
- _____. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo, Moraes, 1980.
- _____. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- GADOTTI, Moacir. **Educação como processo de reabilitação**. In: MAIDA J. D. (org.). **Presídios e Educação**. São Paulo: Funap, 1993.
- GODOY, Jacintho. **Psiquiatria no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edição do Autor, 1955.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A fatalidade biológica: a medição dos corpos, de Lombroso aos biotipologistas**. In: MAIA, Clarissa Nunes (orgs.). **História das prisões no Brasil**, vol. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1938.
- TEXTO: **As colônias Agrícolas do Hospício/Hospital Psiquiátrico São Pedro**. (Ano desconhecido). [HTTP://www.saude.rs.gov.br](http://www.saude.rs.gov.br)



“ Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”

Paulo Freire